

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA**

**AJES**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE**

**CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

**A INTERFERÊNCIA DA CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APRENDIZAGEM  
E NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ORAL DA CRIANÇA NAS SERIES INICIAIS**

JOCILENE APARECIDA DE ALMEIDA

ORIENTADOR: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO.

**CÁCERES/2008**

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA**

**AJES**

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE**

**CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

**A INTERFERÊNCIA DA CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APRENDIZAGEM  
E NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ORAL DA CRIANÇA NAS SERIES INICIAIS**

JOCILENE APARECIDA DE ALMEIDA

OREINTADOR: PROF. ILSO FERNANDES DO CARMO.

*“Trabalho apresentado como exigência  
parcial para a obtenção do título de  
Especialização em Psicopedagogia”.*

**CACERES/2008**

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA**  
**AJES**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE**  
**CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

**ORIENTADOR:**  
**PROFº ILSO FERNANDES DO CARMO**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente estudo aos meus pais, especialmente minha mãe Neide, que sempre me apoio em todas as minhas decisões.

A meu esposo, que estive ao meu lado durante todo esse processo de construção, me apoiando e incentivando nos momentos alegres e difíceis. Por ter me compreendido nos momentos de angustia.

Mas dedico especialmente a minha filha.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força para continuar e não desistir.

A toda minha família, especialmente minha mãe, que sempre foi uma mulher batalhadora e me ensinou a ter garra e força de vontade para alcançar meus objetivos.

Aos professores do curso, aos meus companheiros de trabalho com os quais compartilhei das incertezas e dos desafios diários da profissão que exercemos e a todos os profissionais da educação que desempenham essa linda tarefa de educar, que é muito mais que simplesmente ensinar.

A todas essas pessoas e meus amigos, minha eterna gratidão.

*“O Preconceito Lingüístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, um molde de vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua”. (BAGNO, 1999)*

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo constatar em que medida a condição socioeconômica interfere no processo de aprendizagem e aquisição da linguagem oral das crianças nas séries iniciais. Para procedermos a construção da pesquisa faremos uma abordagem sobre o contexto histórico e a evolução da língua, e por sua vez como ela pode se adequar ao uso da sociedade, sendo por vezes utilizada como instrumento de dominação social. Um outro aspecto abordado nesse estudo é a questão da gramática, que possui o poder de regular os falares. Destacando a importância de valorizar a diversidade cultural existente em sala de aula, que por sua vez deve servir de ponto de partida para o ensino da língua, ainda por muitas vezes ignorada no processo de aprendizagem. Os resultados da pesquisa nos permitem afirmar que há interferência das condições sócio econômicas no desenvolvimento da criança e da linguagem oral, visto que essas condições não possibilita a uma criança pobre o acesso a materiais pedagógicos como livros, brinquedos pedagógicos, computador, elementos que de certa forma favorecem e estimulam a aprendizagem. Sendo assim, uma criança que não dispõe de certos recursos, não terá as mesmas oportunidades de desenvolvimento tal qual uma criança em boas condições sócio econômicas, embora ela tenha a mesma capacidade cognitiva e a mesma inteligência. Para a procedermos a análise do material, utilizamos como referencial teórico os autores da linguagem, dentre eles: Bagno (1999), Travaglia (2002), Marcushi (2001), Castilho (2000), dentre outros, que nos possibilitaram constatar que a condição sócio econômica da criança pode interferir positiva ou negativamente na aprendizagem e no desenvolvimento da criança, bem como de determinar o lugar de cada um na sociedade.

## SUMÁRIO

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                     | 08 |
| 1– A LINGUA E SEU PROCESSO HISTÓRICO.....                                           | 11 |
| 1.1- A importância do Patrimônio Lingüístico e a situação atual .....               | 12 |
| 1.2 – Processo de Aquisição da Linguagem oral.....                                  | 14 |
| 1.3 – Para que dar aulas de português a falantes nativos dessa língua?.....         | 16 |
| 1.4 - O que é Lingüística .....                                                     | 17 |
| 1.5 – Lingüística aplicada à educação.....                                          | 18 |
| 1.6 – O Preconceito gramatical na criança.....                                      | 18 |
| 2- DIVERSIDADE CULTURAL E LINGUISTICA.....                                          | 21 |
| 2.1 – Os Povos Indígenas e a questão do preconceito.....                            | 22 |
| 2.2 - A diversidade gera preconceito Lingüístico.....                               | 23 |
| 2.3 -A questão do preconceito e da diversidade lingüística nas escolas.....         | 24 |
| 2.4 - Pluralidade Cultural.....                                                     | 25 |
| 3 - PRECONCEITO LINGUISTICO.....                                                    | 27 |
| 3.1 - A interferência da condição socioeconômica no desenvolvimento da criança..... | 33 |
| 3.2 – Propostas de superação das diferenças da linguagem.....                       | 34 |
| 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                        | 38 |
| 5- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....                                                    | 40 |



## INTRODUÇÃO

A origem e a evolução da linguagem está relacionada à própria origem e evolução do homem; as primeiras formas de língua foram associadas à comunidade primitiva, os homens ao comunicar por meio da emissão de sons, tentavam imitar os animais. A linguagem começou a evoluir a partir do momento em que o homem deu os primeiros passos no desenho como uma representação da língua, na medida em que desenhava para comunicar com os outros; fato que pode ser comprovado em cavernas existentes em diferentes partes do mundo. Mais tarde com o próprio desenvolvimento da comunidade primitiva e a influência decisiva do trabalho, apareceram línguas diferentes, de acordo com a região e o grau de progresso econômico da comunidade.

É necessário então fazer uma distinção entre língua e Linguagem, pois segundo SAUSSURE (1995) *apud* ORLANDI (2001: p.25) *há muitas maneiras de se estudar a linguagem: concentrando nossa atenção sobre a língua enquanto sistema de signos ou como sistema de regras formais (...)*. Desse modo, a autora define a língua como um *sistema de signos, ou seja, um conjunto de unidades que estão organizadas formando um todo*. (p.27). Enquanto a linguagem compreende as várias tecnologias e meios utilizados na comunicação, na interação do homem com o mundo, a linguagem pode ser considerada o todo e a língua parte que compõe o todo.

A linguagem sempre exerceu grande fascínio sobre o homem. Por várias vezes nos surpreendemos fazendo algumas perguntas como: Por que falamos? Para que falamos?

Como falamos? Por que as línguas são diferentes? Enfim, são questões feitas pelo homem, buscando compreender a linguagem e suas origens.

É importante destacar as explicações de VYGOTSKY (1999), sobre o processo de conquista da utilização da linguagem como instrumento do pensamento, evidenciando a maneira como a criança internaliza as formas de comportamento fornecidas por seu grupo social, a partir da interação com os indivíduos. Esta visão é compartilhada também pelo sociolinguísta BAKTHIN (1995), que acredita ser a linguagem e os signos os mediadores entre a ideologia e a consciência.

O processo de evolução da língua pode ser verificado por diversos fatores. Levando em consideração que essa evolução se dá em relação às necessidades próprias dos falantes, como forma de se adequar aos seus usuários. E por consequência da própria linguagem que é inconstante. Por outro lado, a língua serve de instrumento de exclusão e preconceito, tendo em vista as desigualdades existentes entre uma língua considerada a “correta” e a outra que é “desvalorizada”, por se tratar de uma variante da língua padrão.

Até os anos 60 do século XX, a concepção de língua era considerada como assunto de conhecimento, como um grupo fechado de conteúdos que era necessário analisar, memorizar, aprender dando importância fundamental a gramática (fonéticas, morfologia, sintaxe).

A partir dos anos 60 em diversas regiões o conceito de língua mudou. O importante é pôr as pessoas a usar a língua, não como um sistema teórico, mas como um dos meios mais importantes de comunicação.

O processo de evolução da língua tem um papel muito importante, na Língua Materna, que por sua vez é uma necessidade biológica, psicológica e social que define o homem, ajudando-o a fazer parte de uma comunidade, contribuindo também na construção da sua identidade. A língua materna é, pois, a língua usada no seio familiar, a primeira a ser memorizada. Também é usada na vida diária: no ambiente de trabalho, estudo, e na expressão dos sentimentos necessários. A segunda língua compartilha todas estas características, embora difira na medida em que constitui um meio alternativo de comunicação.

A partir disso, Vygotsky (1999) propõe o conceito de “Zona de Desenvolvimento Proximal”. Ao formular este conceito, Vygotsky (1999) propôs que cada criança apresenta dois níveis de desenvolvimento: um que é determinado pela capacidade que a criança tem de solucionar problemas de forma autônoma, chamado de nível de

desenvolvimento real, e o outro que se refere a aquilo que ela realiza sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais experientes, chamado de nível de desenvolvimento potencial. A distância entre esses dois níveis caracteriza o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Sendo assim, o autor ressalta a importância do papel dos adultos no desenvolvimento cognitivo e na interação com a criança, tanto em sala de aula como em outros ambientes. Ou seja, a criança consequentemente estará limitada às condições que lhe serão propostas, e as oportunidades de aprendizagem que lhe forem viabilizadas. Tendo o adulto fundamental importância no processo de aprendizagem. Levando em consideração ainda que em muitos casos haja ausência dessa orientação adulta, devido a outros fatores que tendem a ser mais de ordem social e econômica.

Nessa perspectiva, pretendemos evidenciar através da tomada teórica, o quanto a condição socioeconômica pode determinar e interferir nas relações humanas e como a língua pode ser um mecanismo de controle social, tendo em vista que a linguagem atua tornando-se instrumento de dominação de uns ou defesa de outros com o poder de realizar ações, definir destinos, ocultar ou desvendar desejos, pacificar ou acirrar ânimos, sentenciar ou silenciar. Para atender as expectativas levantadas pela pesquisa, faremos a organização do trabalho da seguinte forma: O primeiro capítulo mais teórico, que tem como finalidade criar as bases ou ferramentas necessárias para uma melhor compreensão dos resultados obtidos durante a constituição da pesquisa. Levando em conta as necessidades da própria investigação, considerou-se necessário organizar esta parte de análise teórica; começando por falar da origem e evolução da linguagem, a distinção de língua e linguagem, e ainda como se dá o processo de aquisição da língua oral, da leitura e da escrita num contexto social desfavorável. No segundo capítulo discursaremos sobre a diversidade lingüística existente na nossa região e finalmente no terceiro capítulo à discussão em torno do preconceito lingüístico, e outros fatores pertinentes que dificultam o processo de aprendizagem da criança e o desenvolvimento da linguagem. Os temas abordados tiveram o intuito de auxiliar o processo de investigação para bem chegarmos à compreensão da questão proposta nesta pesquisa, que é o de compreender em que medida as condições sócio-econômicas influenciam ou mesmo interfere no desenvolvimento da criança e na aprendizagem e ainda o papel e responsabilidade da escola nessa nesse processo de aquisição da linguagem.

## 1- A LÍNGUA E SEU PROCESSO HISTÓRICO

Sabe-se que a língua no decorrer dos tempos passa por constantes modificações, para se adequar aos seus usuários e as suas necessidades. Mas ela também serve de instrumento de exclusão e domínio social, na medida que acontece a valorização de uma língua em detrimento de outras. Podemos citar como exemplo a Língua Indígena, que foi subjugada como instrumento de doutrinação pelos jesuítas. No entanto a Língua Portuguesa, língua materna do rei foi valorizada e deveria ser ensinada aos índios para que os mesmos atingissem a condição de vassalos para os serviços braçais.

Vale ressaltar ainda, a contribuição da linguagem oral na formação da criança e na preservação de tradições culturais. A concepção de que a escrita é o espelho da fala e, sendo assim, é preciso corrigir a fala do aluno para que ele não escreva errado, isto é, para que escreva de acordo com a norma culta da língua, a considerada correta. Essas concepções causam mutilação cultural, e desvaloriza a forma de falar do aluno, interferindo na relações que ele tem com sua comunidade lingüística.

SAUSSURE apud BISINOTTO (2001, p. 36), desenvolveu duas concepções para definir o que seja a língua. A primeira refere-se ao acervo lingüístico, ou seja, língua é o *“conjunto de hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender a fazer-se compreender”*. A segunda concepção estabelece uma definição mais realista e funcional ao afirmar que *“a língua é um sistema de signos que exprimem idéias”*.

Devido ao acúmulo de línguas existentes em nosso país graças a miscigenação aqui ocorrida desde a colonização, não se fala numa língua homogênea, pura mas na

dialeticidade da mesma. “A língua é um elemento capaz de organizar o pensamento de modos específicos, portanto determinando diferenças profundas na realidade entre os diferentes grupos humanos”. (CASADO, 1998: 13)

### **1.1 - A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO LINGÜÍSTICO E A SITUAÇÃO ATUAL**

Há uma imensidão de idiomas, ou línguas e dialetos em todo planeta. E nesse aspecto a terra pode ser comparada a um grande mosaico lingüístico, com cerca de 6.800 diferentes línguas atualmente.

Mas muitos desses dialetos encontram-se ameaçados de extinção, já que são falados por poucos indivíduos:

Segundo os dados apresentados por Bruna R. Cantele (1999), podemos considerar os seguintes fatos

- O Brasil é o oitavo país do mundo em número de idiomas falados em seu território;
- Cerca de 234 idiomas falados, sendo 200 deles em língua indígena;
- 41 idiomas estão extintos como por exemplo:
- Língua Máku: apenas um indígena de 70 anos em Roraima;
- Língua Kuruaya: meia dúzia de índios;
- Língua Xypaia: apenas duas senhoras no Pará;
- Língua Arikapu: seis pessoas em Rondônia;
- Língua Puruborá: duas pessoas também em Rondônia;

As causas principais da extinção das línguas são:

- O extermínio dos povos pelas guerras;
- Doenças;
- Desastres naturais que podem extinguir toda uma comunidade e sua cultura;
- As pressões para adoção da língua do povo dominante;
- A globalização e;

- Falta de conscientização da importância da preservação das culturas. (CAVALCANTE, 2001).

A colonização foi também uma das maiores causas de extinção de idiomas, exemplo disso foi a colonização do Brasil. Que causou grandes prejuízos a cultura indígena, inclusive a perda de alguns idiomas.

Ao analisar os grupos humanos (índios x portugueses) pude perceber as diferenças e conflitos no contato entre ambos. (PAGOTTO, 2001: 28).

Para compreender o fenômeno das línguas no Brasil é preciso associá-lo ao contexto histórico da ocupação colonial pelos portugueses. A busca dessa identidade herdada. A existência de uma língua portuguesa no Brasil e outra em Portugal. Na implantação do ensino da língua portuguesa, buscou-se cultivar os padrões de língua escrita usados em Portugal, acentuando o contraste entre língua falada por uma elite situada nos principais centros urbanos e a língua portuguesa, de base oral utilizada pela população analfabeta e em maioria a população que não tinha acesso à escola.

Durante o século XIII a situação língua indígena x língua geral x língua portuguesa representava um conflito na colônia entre nobres portugueses, nobres brasileiros, brasileiros pobres, índios, negros conflito que só tem solução com a intervenção da metrópole.

Nesse período, as leis voltavam-se para a questão do ensino para os índios: língua, conhecimento e religião estão intimamente ligados, mas simbolicamente as línguas portuguesa e indígena valem de modos diferentes. A língua indígena serve como instrumento de doutrinação pelos jesuítas, mas seu valor é anulado após o conhecimento da religião. Do ponto de vista do rei e missionários a língua indígena era útil apenas para capacitar o índio na religião católica. Porém tão importante quanto conhecer a religião católica é saber a língua portuguesa, pois é a partir da língua portuguesa que o índio recebera a fé.

Percebe-se então a ligação entre a religião católica e a língua portuguesa, segundo DIAS (2000). Nas mensagens que a metrópole enviava a sua colônia seguiam instruções aos missionários jesuítas:

- a) Sejam doutrinados com a língua indígena e instruídos na religião católica.
- b) Tenham conhecimento da religião católica e saibam língua portuguesa para os serviços.

Propunha-se então que, para servir da Deus, devia se doutrinar, e isto poderia ser feito em qualquer língua, mas para servir ao rei era necessário ensinar a língua materna do

rei, pois através dela que além de ter acesso a religião atingia-se a condição de ser vassalo. A língua do rei e também a língua de sua nação e a submissão a Deus assim se realiza de modo diferente da submissão ao rei.

Entretanto tais instruções eram pouco ou quase nada cumpridas na colônia, no que se refere os religiosos jesuítas. Ensinavam os índios usando as línguas indígenas e a língua geral, nas escolas de crianças brancas ensinavam o latim. A língua portuguesa estava ficando confinada aos pequenos círculos da nobreza. Quando o Marquês de Pombal assume a função de ministro de D. José I ocorre a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias portuguesas. Promove uma reforma pedagógica tornando oficialmente obrigatórios o ensino e o uso do português. A diretriz de Pombal é normatizadora e unificadora, com objetivo de inibir usos lingüísticos que não sejam portugueses.

Fica evidente como a língua torna-se o instrumento de poder da metrópole sobre a colônia, sustentada pela submissão dos povos nativos, com vistas à imposição de uma nova ordem política econômica e social.

Onde a língua indígena é um mero instrumento de doutrinação visando à submissão ao rei, à língua portuguesa é exaltada por ser a língua materna de rei.

A questão da língua nacional no Brasil como um dos elementos de definição da identidade brasileira tem que se levar em consideração a variação assim como a diversidade caracterizando o Brasil como distinto de Portugal.

Assim os indigenismos, os africanismos, regionalismos aparecem como diferenças domesticadas. O patrimônio lingüístico de um país é um dos seus maiores bens, além de ser a herança cultural, as gerações futuras, pois com a transmissão dos idiomas transferem-se milhares de características, fatores e costumes especiais e únicos. Por outro lado a morte de um idioma significa a perda a um país e inclusive a humanidade, pois perde-se além da forma de comunicação, uma cultura com todas as suas expressões como histórica, religião etc. Sendo assim, a manutenção de um idioma é um fator de importância para a humanidade de um povo, por constituir sua identidade além de ser uma expressão preservadora de sua dignidade e orgulho. Daí a necessidade de conhecermos nosso patrimônio lingüístico, para poder protegê-lo.

## **1.2 – PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ORAL**

*“A criança que vai a escola para se alfabetizar com 6 a 7 anos já entende e fala sua língua portuguesa de forma compreensível com desembaraço e precisão nas mais diversas circunstâncias de sua vida”.* (CAGLIARI 2002, p.16)

Sua realidade, o meio social que convive e fez falar e entender, revelando habilidade na aquisição da linguagem oral.

A linguagem não teve que se modificar ou ser arranjada especialmente para a criança, nada foi feito para facilitar sua aprendizagem. Mas ela aprendeu em seu meio, nas pessoas que falavam junto dela e com ela.

Diferente da maneira que um adulto se inicia no aprendizado da língua estrangeira, onde o professor terá que orientar para facilitar a aprendizagem ensinando as regras, a pronúncia. A estrutura da língua está relacionada ao seu uso, mediada pelas escolhas que o falante faz.

No processo ensino-aprendizagem da criança, a aquisição da linguagem oral acontece quando ela é exposta ao mundo lingüístico, o seu meio social propicia que ela se direcione dentro do que é permitido fazer com a linguagem.

O vocábulo é pequeno mas ela entende um número maior de palavra do qual faz uso. Dessa maneira a criança possui um vocábulo próprio para manifestar seus pensamentos, sentimentos, assim como um médico, e a cozinheira possuem o vocabulário que necessitam.

O falante nativo da língua usa as regras do seu dialeto e outro, mas não significa que um tenha regras e o outro não.

Os modos de falar podem se diferenciar em aspecto, o dialeto é, pois, a linguagem peculiar da região, a variedade regional de uma língua.

As diferenças de dialeto surgem em decorrência de experiência étnicas, religiosas, e culturais próprias. Dialeto que atende a classe alta, e exclui a criança que é pobre.

A criança geralmente se assusta quando chega a primeira vez a escola, principalmente se vem de uma comunidade pobre, já que a escola ensina o dialeto padrão e ela não está habituada a esse tipo de linguagem.

Toda manifestação lingüística, desde a mais pequena idade, prova o desenvolvimento intelectual, aprender a falar dentro da complexidade que isso envolve demonstra a importância do convívio com uma comunidade falante.



Como ressalta CAGLIARI (2002: 19) *“A Língua Portuguesa, como qualquer língua possui o certo e o errado somente em relação a seu uso pelas comunidades falantes, não existe certo ou errado linguisticamente, mas o diferente”*.

Nessa perspectiva, cabe ao professor ensinar aos seus alunos o que é a língua, suas várias possibilidades de uso, os costumes e comportamentos dos indivíduos e da sociedade perante a importância da língua. A variedade lingüística não pode servir de pretexto para não ensinar a norma padrão, pois deve ser apenas o ponto de partida para ensino sobre a língua. A partir da sua variedade lingüística, o aluno deve conhecer as outras formas de expressão possíveis, assim poderá utilizar adequadamente a língua de acordo com suas necessidades e situações comunicativas.

Faz-se necessário deixar que a criança escreva livremente, utilizando seus conhecimentos prévios, essa é uma oportunidade que o professor terá de conhecer a variante existente em sala e a partir delas, ensinar a diferença da fala e da escrita. Mostrando assim as variações do dialeto e a forma ortográfica das palavras.

Esse passo é fundamental para que o aluno aprenda que ao usar a ortografia, não pode ignorar os fenômenos da fala, como por exemplo a pronúncia da língua materna.

### **1.3 – PARA QUE DAR AULAS DE PORTUGUÊS A FALANTES NATIVOS DESSA LÍNGUA?**

O ensino da língua materna desenvolve competências comunicativas nos usuários tanto no ouvinte como no leitor. No ensino da língua materna os objetivos evidenciam que é preciso ensinar o aluno a usar a língua de modos variados de acordo com as situações comunicativas. Não há motivos que justifiquem realizar atividades de ensino aprendizagem com apenas uma das variedades: a norma culta.

Nesse sentido, CAGLIARI (2002, p. 42) afirma que

*“o professor de português deve ensinar aos seus alunos o que é língua, quais as propriedades e usos que ela tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos lingüísticos, nas mais variadas situações de suas vidas.*

Segundo o autor as aulas de português a preocupação do professor deve ser no sentido de que o aluno:

- Aprenda a variedade escrita da língua;

- Domine a norma culta ou a língua padrão;

Quando vai a escola, o aluno já domina a norma coloquial própria do seu meio, cabe então ao professor proporcionar o conhecimento da norma padrão, ou seja, propiciar ao aluno situações de interação comunicativa para que ele saiba adequar a sua fala.

Proporcionar o entendimento do que é língua, sua forma e função e a evolução que a língua teve, acompanhando as modificações. Segundo SAUSSURE apud BISINOTTO (2001), já dizia em termos de mudança, que a língua é um rio que corre e contra isso não há o que fazer, que seu curso seja tranqüilo e caudaloso é considerado secundária.

Se não fosse assim estaríamos falando Latim até hoje, isso prova o quanto a língua é capaz de se adequar às necessidades da sociedade. É dever da escola mostrar aos alunos a relação que existe entre língua e grupos sociais, a norma culta e padrão e as alterações socioculturais que causam mudanças lingüísticas.

É evidente a diferença de se ensinar português nas séries iniciais e ensinar às outras séries. Para todas as séries o objetivo é o mesmo, mas o que diferencia é que nas séries iniciais acontece o primeiro contato da criança com a leitura e a escrita.

#### 1.4 – O QUE É LINGÜÍSTICA

Para Eni Orlandi (1986, p.23) lingüística é a “*Ciência da linguagem que se constitui de uma divisão ciência da língua (por sistema de signos ou conjunto de regras) e das línguas (por idiomas falados por vários povos)*”. Segundo a autora nem todos os tipos de linguagem interessa a lingüística, somente a linguagem verbal, oral ou escrita.

A lingüística atual começou com o Curso de Lingüística Geral do suíço Ferdinand Saussure. Através dele a Lingüística passa a ter um objeto de estudo específico: a língua. Seu conceito de que a língua é um conjunto de unidades que se organizam formando um todo. De acordo com os preceitos da Lingüística, tudo que faz parte da língua interessa e traz reflexão.

Assim, distingue as variações ligadas à localização social e espacial dos falantes desde o idioleto, formas de falar próprias a um indivíduo, e o dialeto próprio do falar regional.

## **1.5 – LINGÜÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO**

É importante que o professor que alfabetiza, tenha conhecimentos de Lingüística para não taxar o aluno de burro, reprova-lo, ou dizer que ele é débil mental, por não saber diferenciar sons e palavras. A Lingüística vem contribuir, para que o professor possa melhorar sua prática docente e compreender a fala do aluno.

Para aplicar a Lingüística no ensino de português, é preciso uma interação entre lingüistas, pedagogos, que resulta no planejamento adequado à escola, à sala de aula e ao professor.

## **1-6 – O PRECONCEITO GRAMATICAL NA CRIANÇA**

O processo de gramatização em um país de colonização como o Brasil merece comentários pelo seu duplo sentido. Ter uma gramática nessas condições significa ter o direito à universalidade, direito à unidade, constituindo a Identidade. Uma vez conquistado o direito à unidade se começa a reconhecer as variedades, a influencia da língua dos índios, das línguas africanas etc.

Este reconhecimento é próprio da constituição da unidade do português brasileiro, nesse processo de unificação do português brasileiro percebe-se o jogo entre unidade e diversidade. Para falar de diversidade lingüística põe necessariamente em movimento em contra face a idéia de unidade.

É uma relação suscetível a reflexões a que se considerar as diferenças locais no modo de falar e com isso a língua do e no Brasil assume um caráter não uno. A distribuição da língua no espaço geográfico explica os diferentes modos regionais em que é falada.

A primeira gramática da língua portuguesa só foi publicada em 1536, exatamente 344 anos depois do primeiro texto escrito da língua portuguesa. E hoje muitos anos depois muitos professores ainda utilizam aquela mesma gramática com pouquíssimas modificações como bibliografia básica nas aulas de português. Uma espécie de força sobrenatural transformou aquele texto num texto livro sagrado e os professores aderiram sem questionar aqueles princípios indiscutíveis. Assim a gramática normativa se transformou em lei, e desde então o dialeto da natureza tornou-se padrão pelos critérios políticos e não lingüísticos e qualquer coisa diferente passou a ser considerada errada.

A gramática tradicional tenta mostrar a língua como um pacote fechado, embrulhado e entregue pronto acabado. A realidade não é assim.

O português, como qualquer língua não é propriedade de ninguém, e sim um patrimônio cultural de um povo em todas as classes sociais. Mas para a escola é mais fácil taxar de certo e errado e ver como uma questão gramatical. Através da gramática descritiva o aluno pode estender as regras de uma língua e como isso se aplica no seu dialeto.

Na concepção de MORELO (2001, p.89) “*a gramática pode-se dividir em: Gramática Normativa e Gramática Descritiva*”.

1- Gramática Normativa: tradicional nas escolas, estuda apenas os fatos da língua padrão da norma culta e de uma língua. Baseia-se em geral, nos fatos da língua escrita e da pouca importância a variedade oral da norma culta, dita normas para a correta utilização oral e escrita do idioma prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. A gramática Normativa é uma espécie de lei que regula o uso da língua na sociedade.

2- Gramática Descritiva: descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento, sua existência as condições e usos. A gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade culta e da preferência para a forma oral desta variedade.

Os manuais de gramática deveriam trazer noção de uso lingüístico e as características das comunidades falantes, cada comunidade é única e cada falante nativo um caso individual.

Se o professor priorizar a ortografia e depois a escrita o aluno certamente irá ter bloqueio e não irá sentir vontade de escrever. A criança irá se preocupar com as regras ortográficas ao invés de escrever o que gostaria.

Nesse sentido, a importância do professor reconhecer e valorizar o conhecimento que o aluno já traz de casa para a escola. Deixar o aluno falar e escrever de maneira espontânea sem ter a preocupação com ortografia. E aos poucos, o aluno irá se auto corrigir, e terá um número menor de erros, ou aqueles comuns ao usuário da escrita do português, deixando-o expressar-se livremente para só depois corrigir sua fala e escrita. Todavia, a atitude da escola é oposta sufoca o aluno usando o mecanismo da repetição para corrigir “erros”.

A ortografia é importante, o aluno precisa aprendê-la, mas sem que isso lhe tire o gosto pela escrita, como afirma LUFT (1998, p.41):

*“No começo de sua vida estudantil, a criança é levada a lidar com a língua, a ler e escrever histórias, mas lá adiante a medida que suas folhas se enchem de correções do professor, e ela é censurada na sua linguagem, submetida as normas da gramática a criança perde a espontaneidade, e parte de sua personalidade se encolhe, murcha”.*

De acordo com o autor, a verdadeira gramática é algo, vivo, flexível. A gramática completa é aquela que deve registrar as tendências evolutivas da língua e se adequar as regras gramaticais.

O sistema de regras que os falantes internalizam na infância é que constitui a verdadeira gramática da língua legítima e autêntica.

*“Em termos formais podemos descrever a aquisição da língua pela criança como uma variedade de construção de teoria a criança descobre a teoria da sua língua com uma pequena quantidade de dados dessa língua. Devemos ter em mente também que a criança constrói essa teoria ideal sem instrução explícita, que adquire conhecimento numa fase em que não é capaz de grandes desempenhos intelectuais em outras áreas que essa realização é relativa”. (CHOMSKY, 1970, 35-6).*

Chomsky insiste no fato de que no processo de aquisição da língua antes e fora da escola, a criança vai construindo, para si mesma, sem verbalizar e sem se dar conta disso. Ocorre uma internalização das regras da língua materna nos primeiros anos de sua vida aquilo que vai construir o saber lingüístico do falante nativo.

*“Pela idade de quatro a seis anos, a criança normal é um adulto lingüístico. Ela domina com exceções o sistema fonológico da sua língua maneja sem esforço o essencial da gramática, conhece e emprega o vocabulário básico da língua e poderá arriscar-se a fazer discursos mais longos como discussão das atividades na escola”. (HOCYETT, 1970: 360-11).*

## 2 DIVERSIDADE CULTURAL E LINGUISTICA

Uma das causas do preconceito é o fato de que percebemos o mundo através das grades de nossa cultura, que pode ser assim definida: *“conjunto de símbolos compartilhado pelos integrantes de determinado grupo social e que lhes permite atribuir sentido ao mundo em que vivem e às suas ações”* (TASSINARI, 1995: 28). Além disso, toda cultura é dinâmica, pois a pessoa humana está sempre interagindo com o mundo em que vive, criando e alterando seus símbolos. A cultura está ligada à história particular de cada grupo social e, portanto, não existe uma cultura “atrasada”, “primitiva”. Também não podemos pensar que haja estágios determinados pelos quais as culturas têm de passar, tal como as noções de cultura “primitiva” e “avançada” (tomamos por base nossa cultura para parametrizar as outras, ou seja: criamos preconceitos). As culturas estão em permanente transformação, buscando novas interpretações das novas realidades que se apresentam e, *“ao passarem por transformações, continuam diferentes umas das outras”* (TASSINARI, 1995: 30).

Ora, esse conjunto simbólico específico, que permeia todas as nossas ações, só faz sentido dentro do grupo social a que pertence. As explicações dos fenômenos que ocorrem no mundo são particulares desse grupo, de sua cultura; portanto, não podem ser generalizadas. Quando tomamos nossos pressupostos para entender ou julgar outra cultura, outro grupo, adotamos uma atitude etnocêntrica, preconceituosa. Como nos diz Luís Donisete B. Grupioni (1995, p.485):

*“Quase sempre, temos uma valorização positiva do nosso próprio grupo, aliado a um preconceito acrítico em favor do nosso grupo e uma visão*

*distorcida e preconceituosa em relação aos demais. Precisamos, assim, perceber que somos uma cultura, um grupo, e mesmo uma nação, no meio de muitas outras”.*

## **2.1– OS POVOS INDÍGENAS E A QUESTÃO DO PRECONCEITO**

Os povos indígenas têm sido, desde a chegada dos colonizadores europeus, vítimas de preconceito. Da idéia de habitantes do paraíso, passando pelo purgatório até chegar à idéia de condenados do demônio, os povos indígenas são vistos ora como o “bom selvagem” ora como o “matuto traíçoeiro”. Suas especificidades são ignoradas e eles são tratados genericamente por índio, como se todos os povos falassem a mesma língua, partilhassem as mesmas experiências históricas, enfim, como se houvesse uma única “cultura indígena”. Há no Brasil, atualmente cerca de 206 povos indígenas, falando 180 línguas diferentes, ocupando regiões muito diversas (número que pode impressionar, à primeira vista, mas muito reduzido se comparado às estimativas que se fazem quando da época da chegada dos portugueses). Como estes povos indígenas representam cerca de 0,2% da população total brasileira (portanto, uma minoria social), eles ficam à margem de direitos fundamentais a todos os cidadãos e de seus direitos específicos, previstos na constituição.

A imprensa só nos dá informações sobre os povos indígenas quando de datas comemorativas ou quando há algum conflito por terras. Além disso, a grande maioria dos meios de comunicação ainda insistem em tratar os povos indígenas pejorativamente de “tribos”, remetendo à concepção de povos “primitivos”. Quando se fala em índio, a imagem que ainda se faz é de um indivíduo nu, ornamentado com penas e desenhos pelo corpo e que fica dizendo “uga! uga!”. Reconhecem-se as sociedades indígenas pela falta: falta de roupas, de instrumentos tecnológicos, falta de “civilização”, de “cultura”. Os índios são vistos como parte integrante da natureza e, como tal, devem figurar como exposição nos museus de História Natural. Essa associação do “índio” genérico à natureza é feita de modo a legitimar a dominação do não-índio, que explora a natureza em nome do progresso (portanto, explora os povos indígenas em nome desse mesmo progresso). Outra visão preconceituosa é a do “índio-criança”, na verdade um outro modo de subestimar e de dominar esses povos, que querem seu reconhecimento e a afirmação de suas diferenças.

O conhecimento que temos desses povos são fragmentados e superficiais, sequer sabemos seus nomes ou onde se localizam. Se quisermos conhecer mais sobre esses povos, teremos de (tentar) recorrer a uma parca bibliografia, confinada aos muros das

universidades e a algumas ONG's (organizações não governamentais). Ainda assim, corremos o risco de encontrar boa parte de informações preconceituosas e/ou erradas.

Porém, mais que um espaço para essas informações, é necessário um espaço para que os próprios povos indígenas falem de si mesmos. Como aponta Carlos Alberto Ricardo (2004, p.29), *“há pouco canais e espaços para a expressão diretamente indígena no cenário cultural e político do país”*. Portanto, não temos acesso às informações e às culturas desses povos que não sejam aquelas filtradas pela nossa grade cultural.

## **2.2 - A DIVERSIDADE GERA PRECONCEITO LINGÜÍSTICO**

A idéia de Brasil como país monolíngüe ainda é extremamente veiculada, seja pela escola, seja pelas instituições sociais, políticas ou religiosas, seja pela mídia. A aceitação de um Brasil monolíngüe gera um grave problema, *“pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los”* (Bortoni, 1984, p. 9). Paradoxalmente, com tantas referências aos povos indígenas na imprensa devido à comemoração dos “500 anos de Brasil”, ainda nos esquecemos das línguas indígenas. Também não levamos em conta as variantes do português em contato com idiomas estrangeiros nas colônias de imigrantes. Por fim, não são consideradas todas as variantes lingüísticas do português, sejam regionais ou sociais. Ainda dá *status* falar “corretamente”, na idéia ingênua de que a língua dita culta é uma ponte para a ascensão social. Quem não domina a variante padrão é marginalizado/a e ridicularizado/a: na hora de preencher uma vaga profissional, num concurso vestibular, numa situação de conferência, na escola. Essa variante padrão, no entanto, é reservada a uma ínfima parte da população brasileira (a mesma que detém o poder econômico e político). Não é difícil perceber que o modo de falar “correto” é aquele dessa elite e que o modo “errado” é vinculado a grupos de desprestígio social. Conforme Marcos Bagno (1999), há no Brasil uma “mitologia” do preconceito lingüístico, que prejudica toda a nossa educação e nossa formação enquanto cidadãos para além de um termo teórico. Bagno enumerou oito mitos que, no conjunto, servem para solidificar e transmitir a visão (essa sim, errada) de que o Brasil apresenta uma unidade lingüística e que são os/as brasileiros/as que não sabem falar português corretamente (portanto, não há dialetos, variantes, mas sim deformações do português).

Do ponto de vista científico, tais afirmações chegam a ser ridículas e só conseguimos defendê-las a partir de argumentos como: “é certo falar/escrever assim porque



assim ensina a Gramática”, “é correto isso porque em Portugal se faz dessa maneira”, “essa forma é feia, não soa bem, não é de bom tom”. A eleição de uma variedade “cultura”, padrão tem a ver com causas políticas e históricas, não linguísticas *strictu sensu*. Ao estudar com seriedade e sem preconceitos a língua, o que percebemos é que todas as variantes são “corretas”, que todos sabem gramática e que há regularidades no que se convencionou chamar de “erro” gramatical.

Outro equívoco que contribui para a disseminação do preconceito linguístico é restringir à gramática o ensino da língua. Cada vez mais acredita-se que o domínio da gramática normativa garante leitores/escritores críticos e ativos. Essa falsa noção é largamente difundida, tanto na escola, como em inúmeros manuais “inovadores”, colunas de jornais e programas de rádio e televisão. Não é preciso muita investigação científica para desmistificar tal noção. Ao descrever seu objeto de estudo, os gramáticos têm a falsa idéia de que o compreenderam. Exclui-se, dessa forma, todas as variáveis que interpelam a linguagem e a constituem (fatores biológicos, sociais, históricos, políticos, culturais, afetivos etc.).

O preconceito linguístico acaba sendo mais uma arma daqueles que mantêm o poder em suas mãos. A marginalização linguística restringe o acesso a documentos vitais ao cidadão, como a constituição e os contratos. A cidadã ou o cidadão que não domina a variedade padrão está privado de seus direitos (será que podemos, então, considerá-la/o como cidadã/o?).

### **2.3 – A QUESTÃO DO PRECONCEITO E DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NAS ESCOLAS**

A escola é o lugar das diferenças. Ela já difere aqueles que lá entraram dos que não têm acesso a ela. Mas, a escola, assim como a sociedade e a mídia em geral, ainda não coloca à baila os problemas do preconceito. Tudo se passa como se fôssemos ausentes de preconceito e tratamos de forma igual indivíduos e grupos de indivíduos das mais diversas origens sociais e culturais. Os professores e as professoras ainda não incorporaram em seus trabalhos as discussões acadêmicas (se é que tomaram contato com elas) e servem de instrumento à disseminação do preconceito. Todos os problemas e as soluções, que no meio acadêmico parecem óbvias, não chegam à escola, lugar crucial da expansão ou do combate ao preconceito. É no período escolar que a maioria de nossas crianças tomam contato com outras culturas e outros grupos sociais. Nesse rico ambiente de diferenças, o que vemos é o

tratamento preconceituoso, a desinformação, a discriminação. A escola se apresenta como uma oportunidade ímpar na discussão de preconceitos e injustiças sociais. No entanto, é com pesar que verificamos que ela não é palco de debates, mas sim um palco de marionetes. Nossa escolar reproduz, comandada pelos fios do preconceito e do poder, a noção estereotipada do “índio” genérico, o mito da unidade lingüística, a exaltação da norma culta como instrumento de ascensão social, o mito da “democracia racial”. Como instituição delimitadora, ela pode “fabricar” indivíduos que serão peças dos jogos de poder. Caberá ao professor e à professora a árdua tarefa de elucidar as regras desses jogos aos novos indivíduos que se formam.

Vejamos agora como o preconceito é abordado nos materiais que os professores e as professoras utilizam na sua prática escolar. Começemos por analisar o que os referenciais do Ministério da Educação têm a dizer a respeito.

Apesar de apresentarem inúmeros problemas e, por vezes, reproduzir o preconceito, os *PCN* (Parâmetros Curriculares Nacionais – 1997) e o *RCNEI* (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), abordam o problema do preconceito, reconhecendo a existência de uma diversidade cultural e lingüística no Brasil. No entanto, o conteúdo desses referenciais ainda é desconhecido da maioria dos professores e das professoras, que não adotaram as sugestões neles contidas em suas práticas escolares, ficando confinadas às redomas do governo.

## 2.4 - PLURALIDADE CULTURAL

A afirmação de que o brasileiro não sabe português demonstra como a linguagem pode ser instrumento de exclusão social. O aumento do Preconceito Lingüístico acontece graças a separação que a escola e a mídia fazem das pessoas que sabem e os que supõem não saber o português.

Esse Português que a maioria da população fala, apresenta uma enorme diversidade, as diferenças regionais contribuem para essa acentuada desigualdade social.

O MEC reconhece que o Brasil possui uma enorme diversidade cultural, pregando que devemos conhecê-la e respeitá-la. Segundo os *PCN* (1997, p.31) “*as discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva*”. Nos objetivos gerais do volume *Pluralidade cultural, orientação sexual* consta que devemos repudiar toda discriminação e valorizar o convívio na

diferença, reconhecer que há sérias desigualdades sociais, mas que esta é uma realidade passível de mudanças. As 206 etnias indígenas, os/as descendentes de africanos e os grupos de imigrantes também lá constam, bem como a pessoa do campo. O problema que encontramos nos *PCN* é que as discussões ficam muito no campo teórico, a despeito de haver uma parte dedicada à efetivação do tema pluralidade cultural em sala de aula. Segundo o documento do MEC, o desafio que se coloca é o de

*“a escola se constituir um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsavelmente perante elas” (PCN, 1997, p.52).*

Mas ao questionar o “viver” e o “aprender” pluralidade cultural, circunda-se essa questão sem respondê-la, finalizando com uma frase de efeito: *“sem dúvida, pluralidade vive-se, ensina-se e aprende-se” (PCN, 1997, p.57)*. Os maiores problemas que os documentos do MEC enfrentam são: apesar de conter inovações e reflexões críticas, eles ainda são um instrumento do poder dominante; seu conteúdo ainda é desconhecido da maioria de nossos educadores e educadoras.

Se formos analisar profundamente os *PCN* (1997) podemos notar que trazem uma crítica (ainda que curta) aos livros didáticos. Nele, o documento reconhece que os materiais didáticos são, freqüentemente, veículos de disseminação do preconceito e da desinformação, citando como exemplo a divulgação da falsa idéia de uma organização e uma cultura indígenas únicas a todos os povos.

Segundo a visão de RCNEI (1998, p.22) *“o Brasil é uma nação constituída por grande variedade de grupos étnicos, com histórias, saberes, culturas e, na maioria das situações, línguas próprias”*. Mas logo em seguida, nos surpreendemos quando o documento afirma que essa diversidade sociocultural deve ser preservada. Ora, uma cultura, como já vimos, é dinâmica. Ela não deve ser vista como fixa no tempo, passível de ser preservada. Outro ponto problemático é a (não) aceitação de que temos *nações* socioculturalmente diversas, pois isso comprometeria a noção de Brasil como uma entidade nacional; tratam-se os povos indígenas por “grupos”. Ponto a favor desse documento é o fato de (tentar) privilegiar os pontos de vista dos próprios índios, pois é a voz deles que precisamos ouvir. Eles têm a real dimensão dos problemas pelos quais passam.

### 3 – PRECONCEITO LINGUISTICO

A principio vamos definir preconceito e discriminação, através dos conceitos da Antropologia. Segundo a *Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais* (apud Grupioni, 1995, p. 484), o preconceito é uma “*opinião não justificada, de um indivíduo ou grupo, favorável ou desfavorável, e que leva a atuar de acordo com esta definição*”. O preconceito gera a discriminação, que é o “*tratamento desfavorável dado arbitrariamente a certas categorias de pessoas ou grupos, que pode ser exercido de forma individual ou coletiva, sobre um indivíduo ou um grupo de pessoas*” (GRUPIONI, 1995, p. 484).

Segundo Marcos Bagno (1999), o preconceito lingüístico é consequência dos preconceitos sociais. Geralmente é exercido sobre as pessoas que sofrem mais estigmas na sociedade – o analfabeto, o pobre, aqueles que não têm acesso à escolarização, etc. Essas pessoas são acusadas de falar errado, de não saber falar, de estropiar a língua. Do ponto de vista sociológico, quando se faz uma análise mais refinada, percebe-se que há uma transferência daquilo que a sociedade acusa a pessoa de ser, para a “língua” que ela fala. Então, se a pessoa é pobre, a “língua” dela é pobre. Se a pessoa vive numa região considerada atrasada, a “língua” dela vai ser considerada atrasada. Esses estereótipos são na verdade sinais do preconceito lingüístico existente no meio social. E, por conseguinte, o preconceito lingüístico reflete os preconceitos sociais.

É possível perceber ainda que a avaliação lingüística depende muito de como a pessoa é vista na sociedade, quanto mais estigmatizada a pessoa é socialmente, mais estigmatizada é a sua fala. Se um analfabeto ou uma pessoa de baixa renda comete uma

determinada impropriedade gramatical, é extremamente estigmatizada, considerada burra. Agora, se for uma pessoa com escolaridade superior, que goze de prestígio na sociedade, é considerado um deslize. O mesmo suposto “erro” cometido por uma pessoa uma ou outra pessoa, vai ter uma avaliação diferente de acordo com a localização e papel delas na estrutura social. Isso ficou bem visível na época das campanhas para a presidência, quando algumas pessoas fizeram o trabalho de pegar a fala do Lula e dos outros candidatos e mostraram que as diferenças lingüísticas não eram tão grandes. As mesmas não-concordâncias que o Lula fazia, os outros também faziam. Só que, se o cara é paulista, de uma família tradicional, professor universitário, os problemas de fala dele não são considerados tão graves. Mas os do outro, que é ex-operário, nordestino, filho de analfabeto, chama mais atenção. Sendo assim, a avaliação lingüística está inteiramente ligada à avaliação social.

Por outro lado existe o fato de que o preconceito lingüístico ainda está muito presente nas escolas. Somente de uns dez anos para cá é que começou-se falar sobre isso, principalmente depois da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que enfatizam bastante a não-discriminação das variedades populares, o cuidado que os professores têm que ter de reconhecer, na fala dos seus alunos, essas variedades que são distantes das formas previstas pela gramática normativa. Mas ainda há muito preconceito contra a fala das crianças que vêm de classes sociais subalternas. Existe uma tradição do ensino brasileiro de esperar que a criança já chegue à escola falando muito bem. É uma lógica cruel, como se um professor de natação no primeiro dia de aula jogasse todos os alunos dentro da piscina: assim, aqueles que não soubessem nadar se afogariam, os que conseguissem se salvar continuariam aprendendo a nadar. Isso ainda acontece muito na escola brasileira, que espera que as crianças já tragam uma bagagem lingüística apropriada de acordo com os padrões gramaticais. Aquelas que não trazem, vão sofrendo um processo de rejeição tão grande, que acabam saindo da escola, e por sua vez a escola, reproduzindo o fato da exclusão social. Mas isso não pode ser generalizado, devido as várias mudanças já ocorridas na escola brasileira.

Pesquisas revelam que quase 70% dos estudantes de Letras são pessoas de baixa renda, filhos de pais analfabetos ou com baixa escolaridade. Então, os professores de Português que estão se formando agora não têm o conhecimento da língua culta tradicional. A própria origem dos professores, atualmente, é muito diferente daquela de 30, 40 anos atrás. Hoje, por causa do desprestígio da profissão docente, a grande maioria dos professores, principalmente os da área de Língua Portuguesa, vem das camadas populares. Para Bagno, os professores de português já abandonaram várias regras que um professor de 20, 30 anos atrás

consideraria a única possível. Os professores de Português, hoje, não são capazes de transmitir, como a escola gostaria o padrão idealizado de língua, porque eles mesmos não a dominam. E a formação que eles recebem na universidade não garante a eles esse domínio, porque isso se adquire com leitura, com convivência em casa, desde cedo, com o padrão urbano, culto, etc.

Vale ainda ressaltar que o preconceito hoje, seja ele qual for se manifesta de maneira camuflada, mesmo que aparentemente as pessoas demonstrarem estar lutando para extinguir os mais diferentes preconceitos. O preconceito, especialmente o lingüístico está ganhando espaço entre as pessoas na sociedade, através dos meios de comunicação, que enfatizam e reforçam esse ideário. A televisão, o rádio, os livros, as revistas, manuais de gramáticas de gramática ditam o que é certo e errado na língua.

Quanto ao ensino da língua de forma não preconceituosa, vai depender essencialmente da formação dos professores. Infelizmente, algumas questões que seriam primordiais não são abordadas na maioria dos cursos de Letras e, de maneira ainda mais grave, na maioria dos cursos de Pedagogia. Em poucos lugares, os professores das séries iniciais, que são aqueles que se formam nas faculdades de educação, têm uma formação lingüística adequada. Elas aprendem um monte de coisas importantes, mas a linguagem, que é um elemento fundamental na educação, fica completamente abandonada. Seria importantíssimo que os professores das séries iniciais recebessem uma boa formação na lingüística, em geral, mas, principalmente, na sociolingüística, para que eles reconhecessem o que é uma variante; reconhecessem na fala do seu aluno do meio rural, ou das camadas sociais desprivilegiadas, uma língua que tem lógica, que tem estrutura, mas que é diferente da que é cobrada tradicionalmente no ensino. Os professores precisam relativizar a noção de erro e reconsiderar os objetivos do ensino de língua na escola. Então, a formação dos professores é o mais importante. O que a gente vê é que as pessoas saem dos seus cursos universitários, terminam sua formação e, para poderem lidar com os materiais didáticos que estão sendo avaliados pelo MEC, para conseguirem entender os documentos oficiais de ensino, elas têm que fazer uma formação complementar. As universidades não preparam os professores para ler os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo. A pessoa passa quatro anos na universidade e, quando pega um texto com uma concepção nova de ensino, fica completamente perdida. Então, há um atraso muito grande nos cursos de Pedagogia e de Letras.

*“A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua - afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito lingüístico”. (BAGNO, 1999, p. 37).*

A escola deveria seria o caminho principal para uma mudança de postura da sociedade, com relação à língua, reconhecendo suas variações, adequando seu uso às situações porque, tradicionalmente, a escola é que criou essa concepção mais atrasada de língua. Quando você vê uma pessoa corrigindo outra, identifica na fala dela um discurso que ela aprendeu na escola, lendo nos livros de Português que não se pode “assassinar” a gramática, que não se pode atropelar a língua, porque você está cometendo um crime contra a língua de Camões... Uma série de chavões que vêm sendo perpetuados na escola.

Uma coisa muito legal seria se a mídia pudesse colaborar nisso. Mas, infelizmente, hoje, no Brasil, a mídia é uma das maiores responsáveis pelo preconceito lingüístico. Há uma série de trabalhos acadêmicos para o avanço da concepção de linguagem e de ensino, enquanto a mídia está cada vez mais pré-histórica no que diz respeito a essas questões. Colunas de jornal, programas de rádio, de televisão, todos tentando preservar um modelo de língua “ultra-ultrapassado”, que nem mesmo os escritores, nem as pessoas de alta formação usam mais. Um grande exemplo disso são os telejornais nacionais que tentam apagar os regionalismos. Em alguns jornais por exemplo, têm suas colunas de português correto e, na prática dos jornalistas desse mesmo jornal, eles já abandonaram muitas dessas coisas consideradas certas. A mídia sofre dessa esquizofrenia: tenta preservar um padrão de língua muito conservador, que os próprios jornalistas não obedecem mais. E, de dez anos para cá, por alguma razão que a gente precisa estudar com os sociólogos, houve a emergência de produtos gramatqueiros na mídia, que eu chamo de “comandos para-gramaticais” (uma brincadeira com os comandos para-militares). Têm professores de português badaladíssimos na mídia, que aparecem como se fossem grandes sabedores da língua, que são ridicularizados por qualquer lingüista bem formado, porque o que eles dizem é muito ultrapassado, nem os bons gramáticos preservam. Então, é um caso sério.

Os nossos produtos lingüísticos ainda são muito presos a um padrão de língua idealizado, que é o Português de Portugal. A gente encontra isso muito na mídia: “veja, os Portugueses não usam tal forma, porque nós vamos cometer esse erro?”. E já tem 500 anos que a Língua Portuguesa chegou ao Brasil, ela já sofreu mudanças. Para muitos lingüistas, já

são duas línguas diferentes – muito aparentadas, mas estruturalmente diferentes. Não tem por que ficarmos, ainda, nos baseando na gramática portuguesa para considerar uma coisa certa ou errada no Português do Brasil. Então, uma primeira mudança de postura seria essa: passar a ouvir e a ver o Português brasileiro com olhos e ouvidos de brasileiros, e não com olhos e ouvidos de portugueses. Seria um aspecto importantíssimo, porque, no Brasil, a gente tem uma baixa auto-estima lingüística. Comparando o que a gente fala e escreve, com o que está na gramática, que, por sua vez, se baseia no Português de Portugal, fica essa esquizofrenia – a língua que eu falo não presta, é errada, é mal-falada, só os portugueses sabem. Então, são 185 milhões de brasileiros e 9 milhões de portugueses, mas só esse pouquinho de gente saberia bem a língua. Isso é uma bobagem, porque, em Portugal, também têm “comandos paragramaticais” falando mal do Português dos portugueses. Todas as línguas mudam com o tempo e é preciso que a gente se adapte e saiba conviver com essa mudança lingüística, em vez de ficar reagindo, querendo preservar a língua a todo custo.

Devemos considerar ainda que estamos num país imenso, com múltiplas variedades lingüísticas, mas existe um padrão. Se formos fazer um apanhado da linguagem escrita na mídia brasileira de todos os estados e tirar uma média, veremos que existe um padrão. Um jornal escrito em Porto Alegre, em Recife, em Belo Horizonte vai apresentar algumas coisas que estão padronizadas e, que, muitas vezes, já estão diferentes da norma tradicional. Então, o que muitas pessoas postulam, é que se faça um levantamento do que é, de fato, o padrão escrito brasileiro. Em vez de ficar tentando cobrar que o padrão escrito brasileiro siga essas normas tradicionais, temos que procurar descobrir o que é esse padrão escrito brasileiro, que está mais próximo da nossa realidade. Se for o caso de estabelecer um modelo, que seja um modelo mais próximo do Português brasileiro atual. Isso é uma coisa que o professor Mário Perini, vem propondo há 20 anos. Ele tem um livrinho que marcou época, publicado em 1985, chamado *Uma nova gramática do Português*, em que ele fala isso – primeiro, para acabar com essa história de achar que o padrão é o dos grandes escritores da literatura. Literatura é arte, é um uso sofisticado da língua, com fins estéticos. Assim, temos que nos basear nos usos cultos que não têm essa finalidade estética, que têm outro objetivo – a escrita da mídia, a escrita científica, acadêmica. Que isso sirva de modelo.

Os PCN de língua portuguesa, assim como os de pluralidade cultural, reconhecem a existência de variantes lingüísticas, que devem ser respeitadas, pois não há um modo certo ou um modo errado de falar. Há o reconhecimento da língua como veículo de transmissão de cultura, de valores, de preconceitos. O problema, tanto dos PCN quanto do



*RCNEI* é que a linguagem é tratada com base na noção de *adequação*, que sequer é explicada satisfatoriamente. Segundo os documentos do MEC, saber falar ou escrever *bem* é falar ou escrever *adequadamente*, sabendo qual variedade usar, empregando um determinado estilo, esperando determinadas reações. Encontramos nos *PCN* (1997, p.31-32):

*“A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. (...) A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido”.*

O que, porém, não está explícito é que esse “falar adequado”, essa “utilização eficaz” está ligada/o, na verdade, a um esquema coercitivo, imposto pelo uso burocrático da linguagem. Outro ponto: como ter certeza de que produziremos *tal efeito*, se escrevemos ou falamos para pessoas diferentes (os documentos não afirmam a diversidade cultural?). Como aponta MARCUSHI (1997, p. 44):

*“o principal não parece apenas dizer as coisas adequadamente, como se os sentidos estivessem prontos em algum lugar cabendo aos falantes identificá-los. (...) [a escola] deveria fazer o aluno exercitar o espírito crítico e a capacidade de raciocínio desenvolvendo sua habilidade de interagir criticamente com o meio e os indivíduos”.* (grifos do autor)

Para o *RCNEI* (1998), a língua portuguesa deve ser um instrumento de defesa dos povos indígenas, respeitando seu ensino de acordo com cada realidade sociolingüística de cada povo. Numa posição lúcida e democrática, vemos que o documento prega o ensino da variedade padrão do português como meio de acesso aos documentos escritos nessa variedade, mas também prega o respeito ao modo próprio de falar de cada povo, de cada indivíduo: *“os povos indígenas têm, cada um deles, o seu modo próprio de falar a língua portuguesa. (...) Esses modos de expressão devem ser respeitados na escola e fora dela. Já que também dão atestados de identidade indígena”.* (*RCNEI*, 1998, p.123). Aliás, esse respeito deveria ser estendido a qualquer falante de português, que tem sua origem sociocultural específica, portanto, carregando também uma identidade própria (por que não respeitar o modo “caipira” de falar? e o modo do sertanejo nordestino?, por exemplo). Assim, podemos ampliar o papel da escola indígena que consta no *RCNEI* para todas as escolas, no que se refere ao ensino da língua portuguesa: *“o papel da escola (...) é possibilitar que o aluno continue a se expressar na variedade local do português, garantindo, ao mesmo tempo, que ele tenha acesso ao português padrão oral e escrito”* (1998, p.123). Mas, é com muito espanto que verificamos que o *RCNEI* é contraditório, pois espera formar um “bom leitor” e um “bom escritor”, segundo aqueles conceitos de adequação. Não estaria implícito nesse *bom* um preconceito? uma forma de coagir os povos indígenas? como aplicar estes conceitos e

usos burocráticos em situações ditas formais aos povos indígenas? O referencial quer, então, preparar os índios para, apenas, subir ao palanque, preencher formulários?

Para o MEC, a escola tem de formar um/a falante culto (Cf. Marcuschi, 1997). Ele/a é ensinado/a a se expressar em seminários, discursos políticos etc. Esqueçamos o uso cotidiano da linguagem, o uso em casa, na escola, na rua; aprendamos a falar adequadamente em situações públicas “formais”. Marcuschi (1997: p. 62) diz: *“trata-se de uma visão essencialmente burocrática da fala enquanto uma forma de expressão para obter efeitos e resultados”*.

Malgrado as posições equivocadas e/ou as posições coercitivas, Marcos Bagno (1999, p.53), acredita que os documentos do MEC têm méritos; em entrevista por *e-mail*, o autor declara:

*“concordo com as críticas de Marcuschi aos PCN, sobretudo acerca do conceito de “adequação” que é muito vago no documento do MEC. Tenho enfatizado, porém, os pontos que considero positivos nos PCN porque acredito que, mesmo com falhas, o documento pode ajudar a criar uma postura nova em relação ao ensino da língua. Sobretudo gosto da parte em que o texto deixa clara a existência do preconceito e critica os fomentadores desse preconceito na mídia”*.

Mas, como o próprio Bagno (1999) afirma, *espero que essas boas novas desçam das altas esferas governamentais e se propaguem pelas salas de aula de todo o país!* (p. 19).

### **3.1 - A INTERFERÊNCIA DA CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Se o adulto nativo não valoriza sua fala, conseqüentemente a criança nativa não irá valorizá-la. E toda vez que tiver sua fala ridicularizada como alvo de deboche irá se retrair fechando-se cada vez que tiver que falar na sala de aula ou em qualquer outro lugar. Despertará um sentimento de inferioridade e exclusão que irá interferir no seu desenvolvimento e na aprendizagem, por não falar a norma padrão da escola e ser considerada de prestígio e não se enquadra na norma padrão da gramática tradicional. Na teoria histórico-cultural conhecida como abordagem sociointeracionista elaborada por Vygotsky (1999, p.76) concebe a cultura, a sociedade e o indivíduo como sistemas dinâmicos ininterruptos processos de desenvolvimento e transformação, sendo assim considerada fundamental analisar o desenvolvimento em seu contexto cultural. As características do funcionamento psicológico assim como o comportamento de cada ser humano são construídas ao longo da vida do

indivíduo através do processo de interação com o meio social que possibilita a apropriação da cultura elaborada pelas gerações precedentes.

Como afirma Vygotsky (1999, p.76) “ *importante papel mediador exercido por outras pessoas de formação de conhecimentos, habilidades de raciocínio e comportamentos de cada sujeito*”. De acordo com esse paradigma, o desenvolvimento individual é sempre mediado pelo outro (outras pessoas do grupo social) que atribui significados a realidade. O autor explica que é por meio dessas mediações que os membros imaturos de espécie humana vão se apropriando de modo ativo dos modos de funcionamento psicológico, de comportamento, cultura e história do seu grupo social. Ou seja, é através da interação no meio social, que a criança se apropria da cultura e também da língua. Percebe-se então, a importância do professor como mediador da aprendizagem, em todo o processo de desenvolvimento da criança, cabe a ele assim, transmitir o conhecimento e a valorização da cultura ao e do aluno.

### **3.2 – PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS DA LINGUAGEM**

Numa primeira abordagem, encontramos duas grandes tendências de pensamentos, uma que enfatiza o problema das desigualdades educacionais e das diferenças de linguagem como algo que só pode ser resolvido num nível mais amplo, fora da escola; e outra que pensa que a partir da escola é que se democratizará o ensino.

De acordo com a primeira tendência, que acredita na teoria de que a saída está fora da escola, segundo a perspectiva de Gonçalves (1995), acredita que até hoje não existe ao menos no Brasil uma escola democrática, pois ela continua servindo aos interesses de grupos específicos e não a maioria da população, e assim será enquanto ocorrer a sua mercantilização em função de interesses econômicos alheios ao bem da coletividade.

A segunda tendência, que tem por fundamento a idéia de que a saída está dentro da escola propõe: que através da psicolinguística a possibilidade de solução estaria em procurar compreender as dificuldades de aprendizagem de certos estudantes, Pereira (1995) afirma que a escola agrava o preconceito ao não saber mobilizar as competências das crianças desfavorecidas e ao interpretar as variações dialetais como insuficiência de linguagem. Segundo a autora uma avaliação psicolinguística das crianças permitiria detectar como ocorrem nelas as transações entre pensamento e linguagem, e essas informações técnicas

determinariam a ação do psicopedagogo no sentido de esclarecer os equívocos que atormentam tanto a escola como a família de crianças com problemas de aprendizagem.

Beltrão (1995) reforça a necessidade de se incorporarem os suportes da Lingüística, Psicolingüística e da Sociolingüística com o objetivo de dar maior consistência e direcionamento as práticas de ensino da língua.

Sob o prisma da convicção de que as desigualdades educacionais poderiam ser superadas na prática escolar, através de métodos didáticos, aplicados por professores conscientes de seu papel e dispostos e capacitados para superar as dificuldades.

Para Kramer (1995) ainda falta no espaço educacional uma dimensão coletiva que conjugue a reflexão e diálogo entre os docentes sobre a sua prática, para que haja uma superação dos problemas que não são individuais como as desigualdades. Seriam necessárias políticas de formação de professores que ouvissem esses profissionais e levassem em conta seus saberes, assim como se quer que eles ouçam a linguagem das crianças.

De acordo com a concepção de Calfee (1991) as crianças de níveis socioeconômicos diferentes têm as mesmas possibilidades intelectuais e podem receber os mesmos desafios, mas para isso o professor deve estar preparado para lidar com as desigualdades, e uma das idéias de sua prática é a criação de um ambiente literário na sala de aula, que proporcione o contato dos alunos com os livros, mesmo os que não têm acesso no ambiente familiar.

Outra proposta significativa seria o estabelecimento de um currículo multicultural, que incorpore as diferenças e procure valorizar a diversidade cultural e lingüística em sala de aula.

Vargas (1996) defende a idéia de um currículo entendendo de modo amplo, não apenas os conteúdos, mas a organização do centro educacional, ao processamento de sua autonomia, às relações pedagógicas e culturais que se estabelecem em seu âmbito e as modalidades de assumir as histórias, as línguas, e culturas dos sujeitos do processo educativo que se defronte com a pluralidade e assuma o desafio pedagógico de respeitar a diversidade. Uma educação intercultural, segundo este autor, a que buscasse mediações entre referências culturais diferentes. A grande estratégia estaria na formação de sujeitos, enfatizando a diferença dos códigos entre as culturas e ultrapassando fronteiras.

Simmons (1991), acredita que com o movimento da reforma educacional continua se ignorando as diferenças de circunstâncias educacionais dos pobres e das minorias,

é necessário que se trabalhe com um corpo docente interdisciplinar, capacitado para ensinar método de aprendizagem ativa.

Para Cassara (1991) terminou o tempo de se pensar apenas a partir de uma única cultura, e pessoas diferentes podem conviver sem perder suas heranças culturais, desde que haja uma política nacional de oportunidades para as minorias.

Shore (1993) sugere um currículo que trabalhe rumo aos desafios da justiça social dentro e para além das paredes da sala de aula, aliando a boa prática educacional a uma prática questionadora das relações de poder e de respeito às diversas culturas.

Richter (1996), vê como tarefa da escola a elaboração de uma teoria intercultural de educação ( intelectual, social e ética) orientada para a promoção de uma sociedade multicultural, entendida como um espaço que garanta o direito de todos. A educação intercultural significaria a tentativa de reconhecer que diversas culturas podem coexistir e progressivamente entrar em contato uma com as outras.

Se, por um lado, ver a questão como algo que diz respeito unicamente ao Estado ou ao contexto político-econômico retira da escola seu potencial simbólico e concreto de ação social, para deixá-la na cômoda inércia de esperar as transformações, por outro lado conferir somente a ela esse poder transformador equivale a recair na ingenuidade, que se fascinar com o papel sublime e grandioso que a escola jamais seria capaz de cumprir frente ao imenso aparelho ideológico que a tomara como instrumento. A idéia do currículo multiculturalista entusiasma mas não faz esquecer os problemas implicados, ainda não há consenso quanto a definição do conceito de cultura. Segundo o trocadilho que substitui uma compreensão do deficitário pela idéia de diferente não parece abolir por si só as discriminações, os estigmas, as separações ou ainda uma forma sutil mais moderna de preconceito.

Abordar o multiculturalismo em nossa realidade é algo novo sem falar no fato do Brasil, por sua grande extensão territorial, ter uma enorme diversidade de influências e tendências culturais, o que leva a um entrelaçar de elementos europeus, africanos, indígenas e orientais.

Em linhas gerais, a valorização das diferenças culturais pode vir ocultar certos confrontos necessários no âmbito das desigualdades sociais, especialmente na sociedade capitalista. Se nenhuma dessas alternativas se apresenta como receita para o problema em questão, isso não impede que na construção da nova teoria educacional para as próximas

décadas elas não sejam levadas em conta, e que a contribuição de suas intenções possa representar um avanço no longo caminho rumo à democratização do ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após todas essas discussões vale ressaltar que, a figura do professor ou da professora no processo de desenvolvimento da criança nas séries iniciais é fundamental, como verdadeiras autoridades, que as crianças respeitam. A escola deve ser vista como um espaço de debates, um pequeno esforço na desconstrução do preconceito. É necessário, então, que tenhamos bem claras nossas posições teóricas, nossas práticas escolares e o alcance dos nossos trabalhos.

Aos profissionais da educação, caberá então a tarefa de explicitar os mecanismos do preconceito e da discriminação, suas formas praticadas na escola (como o mito da “democracia racial” e da unidade lingüística do Brasil). É importante que os professores reconheçam a diversidade cultural brasileira e a crise no ensino da língua e se dar conta que essa diversidade está presente na (sua) sala de aula. Para usar o termo de Bagno (1999), precisamos sabotar o preconceito: “formando-nos e informando-nos”. Mas tudo isso tem que acontecer realmente, na prática escolar diária, tem de sair das rodas de discussões acadêmicas e penetrar na sala de aula. É necessário que se rompam com os muros do preconceito nas situações reais da prática escolar. As problematizações feitas nas universidades e nas ONG’s continuam confinadas a seus muros (apesar dessa discussão ser velha e óbvia).

É claro que não podemos ser ingênuos, a ponto de pensar que a escola vai acabar com o preconceito, mas os educadores e profissionais da educação precisam estar atentos as práticas preconceituosas nas escolas, para garantir o respeito a diversidade

lingüística e cultural existente no meio escolar, e ainda devemos cobrar do Governo a supervisão dos livros e o apoio à divulgação de informações reais (Cf. Grupioni, 1995); deixar de reduzir o ensino da língua à gramática da língua “cultura” - ensinar língua portuguesa não é apenas ensinar gramática normativa; divulgar aos pais e às mães os conhecimentos, as posições teóricas e explicitar a eles também os mecanismos do preconceito. Finalmente, temos de ouvir as vozes das minorias: legar aos índios a tarefa de divulgar sua cultura, deixar o/a aluno/a se expressar e expor seus medos e preconceitos, discutindo-os. Às vezes, esquecemo-nos de que são essas minorias que têm a real dimensão do seu (nosso) problema.

Partindo da reflexão sobre sua própria prática educacional, os professores poderão colocar uma legenda em seu trabalho, sua base teórica. Há que se ter um movimento contínuo mútuo entre prática e teoria. É somente com a “*crítica ativa da nossa prática diária em sala de aula*” (Bagno, 1999, p.140) que poderemos concretizar esse (ainda) sonho do convívio na diversidade. Temos de ouvir os professores, pois apesar de todos os problemas, há inúmeras experiências muito bem sucedidas, que podem “abalar os jogos de poder” e que devem ser divulgadas, valorizando a prática escolar, colocando-a em contato com nossa realidade cultural diversa. E, por fim, não podemos nos esquecer que *todos somos diferentes* e, sendo assim, uma postura vigilante contra o preconceito tem de ser contínua, pois estamos a toda hora em todo momento em contato com diferenças e diferentes.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7 ed. Michel Lahud et al. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico*. São Paulo: Loyola, 1999.

BELTRÃO, Licia Maria Freire. *As funções da linguagem*. Revista CEAP Educação, São Paulo- nº 9: 29-33, 1995.

BERNSTEIN, Basil. *Uma crítica ao conceito de educação compensatória*. In BRANDÃO, Zaia (org) *Democratização do ensino: Meta ou mito?* Rio de Janeiro: Ática, 1975.

BISINOTTO, Leila S. Jacob. *Fronteira, memória e linguagem*. Cáceres: UNEMAT, 2001.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; PAIVA, Dionizio, Ângela. *O livro didático de português*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BORTONI, Ricardo. *Pluralidade cultural e variedades lingüísticas*. São Paulo: Contexto, 1984.

BRASIL, *Parâmetros curriculares nacionais*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação, 3 ed. Brasília: MEC, 2001. V.2.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Vol.2. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. 2. ed. Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Vol.2. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Brasília: MEC, 1997.

CAGLIARI, Luis Carlos. *Alfabetização e lingüística*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

CALFEE, Robert. *Sociedade sem escola*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CANTELE, Bruna R. *História dinâmica do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ática, 1999.

CASADO, Manuel V. *Linguagem e cultura*. São Paulo: Artes Médicas, 1998.

CASSARA, Bervely. *Multiculturalismo*. Revista CEAP de Educação, São Paulo, nº 43: 25-27, out. 1991

CASTILHO, A. T de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALCANTE, Afonso. *Jornal Correio Brasiliense*: 07, 2001.

CHOMSKY, Noam. *Reflexões sobre linguagem*. Lisboa: Pontes, 1970.

CUNHA, Luis Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. São Paulo: Córtez, 1975.

DIAS, Luis Francisco. *O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica*. Histórias das idéias lingüísticas. Cáceres: UNEMAT, 2000.

FÁVERO, Leonor L; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O, AQUINO, Zilda G.O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GONÇALVES, Ignácio RuthL. *Perspectiva da escola democrática no Brasil*. Educação. XVIII, p, 119-129, 1995..

GRUPIONI. *Enciclopédia internacional de ciências sociais*. São Paulo: Córtes , 1995.

HOCKETT, Charles. *Da teoria ao ensino da língua*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1970.

KRAMER, Sonia. *Pensando a educação do professor alfabetizador*. Cadernos AMPED, nº05: 217-255, 1995.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. 7. ed. São Paulo, 1998.

MARCUSHI, Luis Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *Tratamento da oralidade no ensino de língua*. Brasília: Ática, 1996.

MORELLO, Rosângela. *A diversidade Lingüística nos textos de gramáticas normativas*. Apud. ORLANDI, Eni P.(org) *História das idéias lingüísticas*, Campinas, São Paulo, UNEMAT: 2001.

ORLANDI, Eni P. *O que é lingüística*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORLANDI, Eni P.(org) *História das idéias Lingüísticas*, Campinas, São Paulo, UNEMAT: 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAGOTTO, Emilio Gozze. *Gramatização no Brasil*. In Eni P. ORLANDI (org.) História das idéias linguísticas, UNEMAT: Cáceres, 2001.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1998.

PEREIRA, Gilsara Barboza. *Psicopedagogia e lingüística*. Revista Roteiro. Nº XVII 34: 17-26, ago.1995.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua*. São Paulo: Mercado das letras, 1998.

RCNEL.. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação, 2 ed. Brasília: MEC, 1998. V.1..

RICARDO, Carlos Alberto. *Diversidade lingüística*. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 2004.

RICHTER, Érika. *A educação intercultural tarefa da escola*. Revista CEAP Educação, nº 53: 27-29, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antônio Chelini José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SHORE, Sue. *Linguagem e sociedade*. Revista Brasileira de estudos pedagógicos. 209-211, 1993.

SIMMONS, Warren. *Linguagem e cultura*. Revista CEAP Educação, nº15: 28-44, Jul.1991.

TASSINARI, José Augusto. *Linguagem e preconceito lingüístico*. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 1995.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. *Gramática e interação uma proposta para ensino de 1º e 2º graus*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VARGAS, Jorge Osório. *Interculturalidade e pedagogia*. São Paulo: Contexto, 1996.

VYGOTSKY, Lev Semenovict. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins, 1999.